

EXTINÇÃO DA ORDEM E A ORFANDADE DOS GUARANIS

Helenize Soares Serres*

Em 1534, Inácio Loyola fundou, com outros estudantes, a Companhia de Jesus. Mais tarde, escolhido para ser o superior geral da Companhia, enviou missionários para vários países, com o objetivo de criar escolas, liceus e seminários. Os jesuítas pregavam a obediência total à doutrina da Igreja Católica, alcançando grande influência na sociedade nos períodos iniciais da Idade Moderna (séculos XVI e XVII), tendo como ferramenta principal a questão espiritual.

Os Jesuítas tinham geralmente uma formação

[...] heterogênea, com base teológica, mas em muitos casos, com sólidos fundamentos de filosofia, matemática, astronomia e geografia, etc. Há que se considerar ainda a presença nesta ordem religiosa dos chamados irmãos leigos. Estes eram missionários que atuavam nas frentes de cristianização, mas que não faziam os votos de ordenação, pertencendo apenas como “irmãos”, e não “padres”. Entre os irmãos leigos havia alguns cuja formação em muito contribuía para os objetivos da ordem em suas missões. Eram arquitetos, cartógrafos, músicos, botânicos, astrônomos, etc. (BARCELOS, 2000: 99)

Em 1549, chegaram ao Brasil, liderados por Manuel da Nóbrega, trazidos pelo governador-geral Tomé de Souza. Já no final do século XVI, a expansão dos jesuítas sob o domínio da Coroa Espanhola deixava claro que seus objetivos estavam focados na ocupação e delimitação de fronteiras com os portugueses. Tal ocupação deu-se a partir de três frentes: a primeira no Mato Grosso do Sul, onde fundaram-se as vilas com representações primitivas do Itatim, apoiadas pela Coroa Espanhola e pela Igreja Católica, com o objetivo de assegurar uma navegação segura pelo Rio Paraguai, importante para que a produção chegasse até o porto de Buenos Aires e dali embarcasse para a Espanha; a segunda frente instalou-se no atual Estado do Rio Grande do Sul (Tapes, Uruguai e Serra) e a terceira no Estado do Paraná (Guaíra e Vila Real do Espírito Santo).

* Mestranda pelo PPGH da Universidade Federal de Pelotas - RS, Brasil, Bolsista Capes 2010.

A evangelização era uma obra política, ou seja, a expressão de um império cristão intolerante e autoritário. O monarca espanhol procurava mostrar à Europa que o Catolicismo havia triunfado na América hispânica, devido à aliança entre trono e altar, com a Igreja convertendo-se num instrumento de poder político – o braço direito do distante rei.(QUEVEDO, 2000: 103)

Os jesuítas vieram para América do Sul não só com objetivo de catequizar, mas também de civilizar, o que serviu principalmente para que a Coroa Espanhola pudesse ocupar e povoar os territórios americanos pertencentes à Espanha, impondo uma cultura européia, fazendo com que os índios aos poucos fossem deixando de lado seu modo de vida. Porém, cabe questionar até que ponto os índios foram realmente civilizados e catequizados, já que, com a expulsão dos jesuítas, os mesmos tiveram a necessidade de abandonar as reduções e estâncias missioneiras, ficando órfãos dos jesuítas, necessitando assim agruparem-se para sobreviver nesta nova etapa que hora estava começando.

Após a expulsão dos jesuítas dos 30 povos guaranis, os índios reduzidos e dispostos nas estâncias tiveram que abandonar seus espaços construídos pela Companhia de Jesus com o apoio da coroa Espanhola. Isto não ocorreu por vontade própria dos jesuítas, mas sim devido às mudanças que estavam acontecendo no mundo com o advento do período histórico que chamamos de Renascimento, que proporcionaram conflitos latentes entre a Igreja, pensadores da época, reis, capitalistas, com referência a concepções de mundo, dentro disto um dos itens mais importantes destes conflitos era a radical contestação do poder e da hierarquia que a Igreja, através de seu pontífice superior, procurava exercer sobre os reis.

Muitos índios voltaram para os locais da onde teriam saído antes de ir para as reduções ou estâncias, bem como alguns grupos foram para centros urbanos da América espanhola. Nesse novo espaço, tiveram a necessidade de buscar uma fonte de sobrevivência, neste sentido, o aprendizado que tiveram quando estavam ao lado dos jesuítas foi de grande importância. Outros que não conseguiram entrar no mercado de trabalho formaram grupos e começaram deslocamentos para várias regiões da América Espanhola e Portuguesa.

De fato, não se pode tirar dos jesuítas seu êxito em seus dois principais objetivos, civilizar e catequizar no período em que conviveram com os índios, sendo que esse sucesso pode ter influência das formações dos padres que vieram para América do Sul. Muitos deles tiveram formação na Europa, em várias atividades que ajudaram

no desenvolvimento e crescimento das Missões e da Ordem, que passou a ter muita influência política e social não só na América, mas também na Europa.

Na metade do século XVIII, tanto Espanha quanto Portugal estavam em uma situação política difícil; já a América encontrava-se em um de seus melhores momentos, e, junto desta, “a Igreja Católica que ficava cada vez mais forte e poderosa. Nesta época, possuía dois mil seminários e mil conventos, sessenta mil freis, trinta e três mil freiras e mais o clero, somando um total de duzentos e cinquenta mil religiosos”(OLIVEIRA, 2004: 183). Deste modo, foi preciso rever algumas questões principalmente em torno das colônias que aparentemente encontravam-se melhores que as metrópoles.

Desta maneira, o Tratado de Madri, ou Tratado de Limites, estabelecia que Portugal entregaria a Colônia de Sacramento à Espanha e esta, em troca, cederia toda área ocupada pelas missões jesuíticas às margens esquerda do rio Uruguai (Sete Povos), dois terços do atual estado do Rio Grande do Sul.(OLIVEIRA, 2004: 184)

A superioridade portuguesa na preparação que antecedeu as negociações, e no conhecimento cartográfico das regiões que seriam estabelecidas pelo Tratado de Madri em 1750, mostra que Portugal dispunha de mapas importantes para que se pudesse visualizar o referido espaço de troca. “Confirma-se, desta forma uma superioridade portuguesa na preparação das negociações e no conhecimento cartográfico das regiões em disputa”(FERREIRA, 2007: 68).

A primeira questão é que a Espanha,

segundo Silva Teles, negociador espanhol nem dispunha de uma obra jesuíta com grande circulação na Europa desde o início do século XVIII, como as *Lettres Edificantes et Curieuses, Ecrites des Missions Etrangères, par quelques Missionnaires de La Compagnie de Jesus*, onde se encontravam reproduzidas algumas cartas dos territórios em causa. Mas o negociador português duvidava, inclusive, que Carvajal e Lancaster possuíssem a relação de *La Condamine* publicada em 1745, em que este geógrafo, para além de descrever a viagem que efetuara pelo Amazonas publicou a célebre carta do curso deste rio. (FERREIRA,2007: 68).

Em segundo lugar,

Uma outra evidente manifestação do avanço português no conhecimento cartográfico foi a ausência de mapas elaborados em Espanha, anteriores à assinatura do tratado, onde se discutissem os limites territoriais propostos pelos portugueses, contrariando as pretensões de Lisboa. Apenas conhecemos dois mapas elaborados com essa finalidade, contudo traçados após Janeiro de 1750 e, provavelmente, não em Espanha, mas na América do Sul. Um deles, com o título *Mapa de los dominios de España, y Portugal en la América*

Meridional, de data desconhecida, representa muito toscamente o território sul-americano. (FERREIRA, 2007: 68).

De fato havia interesses políticos e econômicos entre as Coroas Ibéricas em estabelecer este “Tratado de Limites”, porém o cenário da época não era muito simples, havia uma estrutura no território conhecido como “Sete Povos das Missões” com milhares de índios que, além de não entender o que se passava, não aceitavam sair da terra que tanto amavam e cuidavam. Com isso, mesmo após a assinatura do Tratado de Madri não foi possível efetivar de imediato a troca de espaço que Portugal e Espanha tinham acordado, pois os índios não aceitavam sair deste espaço, a consolidação deste espaço pelos portugueses deu-se após 1801.

Relegado para um lugar do Conselho Ultramarino, Gusmão rematou a sua carreira de estadista, e dentro em pouca a existência. Não lhe foi dado mostrar a craveira de seus talentos, que teve de sacrificar à inépcia prevalente na corte de D. João V. O acerto de limites com Espanha na América, contra a geral vontade dos Portugueses, é obra sua, pela qual as gerações sucessoras lhe devem ser gratas. Por ele, a troca da onerosa posse da colônia do Sacramento, as fronteiras do Brasil foram seguras contra as reivindicações decorrentes da bula de Alexandre VI. Os domínios portugueses alargaram-se para o Sul, dado origem ao famoso estado do Rio Grande, cuja população vivaz e progressiva é uma das glórias da nossa raça. Os males de que o reino padecia mereceram-lhe cuidados, infelizmente sem realização prática. A ruína econômica, a dissipação das rendas públicas, a desídia dos funcionários, o atraso mental, o monarquismo, a Inquisição, todas essas úlceras da vida nacional conheceu e apontou, para algumas delas oferecendo remédio. Não se temeu das iras dos grandes, cujos excessos, como alto funcionário, confidente com o monarca, repreendia; cujos ridículos, na intimidade, castigou com finos remoques. (AZEVEDO, 2004: 106).

O poder espiritual encontrava-se em desequilíbrio com o poder material, pois a Igreja não aceitava as novas idéias liberais e absolutistas, e aos poucos foi enfraquecendo sendo muitas vezes acusada da ignorância e superstição do povo. As novas idéias estavam voltadas para razão humana e a liberdade do indivíduo, iniciando uma valorização na educação do povo para que este não fosse explorado. “Em toda Europa desenvolvia-se um movimento de difusão do racionalismo, as novas idéias liberais e absolutistas eram contrárias à Igreja, pois acreditavam que a religião católica se aproveitava da ignorância do povo, dificultando, assim, a difusão do racionalismo”. (OLIVEIRA, 2004:187).

O decreto real, promulgado por Carlos III e datado em 27 de fevereiro de 1767, previa a expulsão, no mais breve prazo, dos padres jesuítas

residentes nos Trinta Povos das Missões de guaranis. O rei não dava explicações muito claras para justificar esta decisão tão carregada de conseqüências. Limitava-se em indicar que era uma medida necessária para a manutenção da ordem pública. (OLIVEIRA, 2004:188).

Deste modo, pode-se dizer que foram elementos políticos, ideológicos, culturais, econômicos e sociais que influenciaram na expulsão dos jesuítas em uma época complexa tanto para as Colônias, que estavam em processo de construção e formação, quanto para as metrópoles, que passavam por algumas instabilidades. Contudo, a expulsão dos jesuítas em outros países não ocorreu de forma muito diferente, havendo conflitos que levaram a medidas drásticas, como prisões, entre outras atitudes.

Em Portugal, sob o reinado de Dom José I (1750-1777), Dom Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido Marquês de Pombal, contestados por uns e amados por outros, um dos principais atores da luta antijesuítica, tinha amplos poderes para levar a cabo projetos dos mais variados, dentre estes, vale destacar um em especial, que tomou conta das atenções do ministro por praticamente toda a sua administração: a extinção da Companhia de Jesus, sendo que na Europa, acirravam-se as discussões em torno das ações da companhia de Jesus.

Desde inícios do século XVIII houve uma crescente influência de certa “cultura administrativa” que tomou conta da Europa. Ela era fundamentada principalmente no controle maior do Estado sobre todos os aspectos. A isto se deu posteriormente o nome de “Despotismo Esclarecido”, pelo qual os governantes, baseados nas razões de Estado, agiam conforme os preceitos que fossem necessários para se obter resultados seguros e definitivos para a garantia da soberania e da governabilidade.

Na interpretação de João Lúcio de Azevedo, os dois temas principais que mais ocuparam Pombal teriam sido a luta antijesuítica e as relações com a Inglaterra. De fato, a hegemonia eclesiástica tinha nos padres da Companhia de Jesus os seus soldados mais eficientes e poderosos; tratava-se, a bem dizer, de uma luta política e ideológica ou, como se diz hoje, cultural. Com os ingleses, por outro lado, os problemas eram de natureza econômica e envolviam aspectos essenciais das atividades mercantis e colonizadoras tanto em Portugal como na América Portuguesa. (AZEVEDO, 2004:13).

Muitas foram as lutas em que o Marquês de Pombal esteve envolvido, procurando organizar internamente Portugal e suas colônias com ações que priorizassem o crescimento econômico. Atuou também nas relações diplomáticas com outros países,

procurando utilizar-se sempre das articulações políticas necessárias para que seus projetos tivessem êxito, o que o levou a ser conhecido por seus amigos ou inimigos como um Déspota que tinha conhecimento, aquele que procura colocar em prática tudo o que fosse necessário e trouxesse proveito para Portugal, independentemente das possíveis repercussões, fossem elas relacionadas a outros países ou também ao poder espiritual da época, representado pela Santa Sé.

Seria então Pombal um Tirano – indivíduo que governa de maneira injusta, cruel ou opressora, aquele que abusa de sua autoridade enquanto governante? Podemos atribuir este conceito a ele, mas talvez para fazermos uma afirmação deste porte devêssemos realizar um estudo acerca de documentações relativas a todo seu governo. Como temos o objetivo claro neste artigo de estudarmos a extinção da Companhia de Jesus, concentrar-nos-emos nas ações de Pombal e de outros atores envolvidos neste processo. Outros adjetivos também foram dados a Pombal, como déspota esclarecido, ditador sanguinário, tirano, progressista, paradoxal, iluminista, mas não podemos deixar de reconhecer que a política implantada por Pombal tinha objetivos claros, que eram o crescimento do país e o reconhecimento de Portugal como uma potência frente a outras nações.

As lutas em que andou por tal motivo empenhado, sobretudo a que travou com a Igreja, deram azo a que nenhuma individualidade política, do seu tempo, tão discutida fosse como a sua. Em todas as nações, em todas as línguas da Europa, vozes se levantaram a exaltar ou combater o Marquês de Pombal. Histórias, biografias, memórias, apologias, panfletos, pasquins, em sua vida e depois da morte, imenso é o número de tais escritos. (AZEVEDO, 2004:15).

Durante o seu governo, muitos foram os dissentimentos com a Espanha e a Inglaterra, mas isto tudo não deixou de fazer com que o Marquês de Pombal pensasse nos jesuítas, pelo contrário; a Companhia de Jesus era a preocupação máxima de Pombal, mesmo tendo uma série de outros importantes projetos a serem colocados em prática, ele não se deixava levar pelas falácias jesuíticas, e qualquer crítica feita pelos jesuítas a seu governo lhe provocava irritabilidade, o que demonstrava claramente que eram inimigos perpétuos e que deveriam ser combatidos a qualquer preço. “Guerra de pacto de família, questões da América, divergências em Paris ou Madri, contrariedade

na Inglaterra, para ele tudo isso eram maquinações da Companhia de Jesus.” (AZEVEDO, 2004:294).

Na busca de tais fins, Dom Sebastião José, como o principal ministro do rei Dom José I, não poupou esforços para extirpar de Portugal os jesuítas, pois considerava a sua luta, nas palavras de João Lúcio de Azevedo, como um combate “à ignorância [para] suprir os erros que durante dois séculos a pedagogia jesuítica havia instilado na mentalidade portuguesa”(AZEVEDO, 2004:295). Para além de assuntos meramente administrativos, fora também o atentado de regicídio desferido ao rei dom José, em 3 de setembro de 1758, que o ministro havia tomado como ponto de apoio à expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e dos territórios coloniais, ocorrida em 1759. No ano posterior, depois da já desgastada relação entre a Coroa Portuguesa e a Santa Sé, sob o papado de Clemente XIII, expulsou-se o núncio apostólico em Lisboa, da mesma forma que se fez com o representante português em Roma. Dessa forma, cortaram-se os laços diplomáticos entre as partes, e Portugal passou a ter controle total sobre todos os procedimentos de cunho religioso em seus domínios, passando a ser o próprio ministro onipotente nos assuntos eclesiásticos.

Contudo, não era apenas em Portugal que isso ocorria, pois França e Espanha, bem como o principado de Gênova, se opunham veementemente aos atributos dados à Companhia de Jesus pela Santa Sé, com total auspício do Papa Clemente XIII, que repudiava as ações cometidas contra aquela Ordem. Assim, especialmente a partir da segunda metade da década de 1760, tais potências enviaram a Roma seus representantes, a fim de tentar convencer o Pontífice da necessidade da extinção dos jesuítas. Porém, a morte do Papa feneceu momentaneamente as expectativas, já que não se tinha ainda uma postura concreta do Sacro Colégio sobre o novo eleito. Afirmava o ministro português nas suas instruções à Almada, representante da corte portuguesa em Roma, que: “os votos [...] são ordinariamente comprados, como agora os estão comprando os jesuítas com mais de dois milhões de despesa.” (AZEVEDO, 2004:302).

No entanto, com a eleição de Giovanni Vincenzo Ganganelli, sob o epíteto de Clemente XIV, as relações de Portugal com a Santa Sé seriam restabelecidas, pois o Papa passou, mesmo que de maneira estratégica, a dar ouvidos às súplicas do ministro

de Dom José I, da mesma forma que aos demais representantes das Coroas Espanhola, Francesa e Genovesa. Dom Sebastião de Carvalho esquecia-se brevemente do objetivo maior, pois a reconciliação com a Santa Sé foi seguida de inúmeras ordens e acordos. Com uma bela tática de apaziguamento, o Papa conseguiu deixar a decisão sobre a extinção da Companhia de Jesus dormir por praticamente dois anos. Só Almada, já sem a atenção dada anteriormente pelo ministro Pombal tinha, vez por outra, acessos em obter uma resposta final do Papa, ao mesmo tempo em que se mantinha receoso em relação aos interesses dos colegas representantes de França e Espanha em Roma.

Carlos III, rei da Espanha (1759-1788), foi quem tomou as rédeas das tratativas em extinguir a Companhia de Jesus a partir de 1772. Seu representante, Dom José Moñino, futuro conde de Floridablanca, aplacou qualquer tentativa papal de sair pela tangente sobre o assunto, pois foi duro nas assertivas enviadas ao Sumo Pontífice.

Por fim, em 1773, alcançou-se o objetivo, e em 09 de setembro deste ano foi publicada em Lisboa a supressão da Companhia. Logo, Pombal acreditava ter sido o por causa de suas anotações e correspondências enviadas ao Papa que tal medida fora enfim tomada.

Contudo, no ano seguinte, ao falecer subitamente Clemente XIV, o que ensejou inúmeras acusações sobre os Jesuítas, nova eleição deveria ocorrer e novamente Dom Sebastião de Carvalho sobressairia em minutas, intrigas e influências para que o novo Papa mantivesse a Companhia de Jesus em desagravo. Pio VI assumiria o Trono de Pedro e, depois de uma inicial boa impressão transmitida para os representantes dos Bourbon, caiu no desgosto do ministro português ao mandar libertar os jesuítas envolvidos em alguns acontecimentos ocorridos em Portugal e Espanha. No entanto, a partir de 1775, seriam interrompidas as relações entre os governantes envolvidos até então nesta contenda com a Santa Sé, pois praticamente todos desapareceriam do cenário político em 1776.

Em Portugal, em 1759, os jesuítas foram presos com soldados na porta dos vinte e sete centros que possuíam. Na França, a expulsão deu-se em 1762. Na América, esta operação policial, para que fosse eficaz e sem traumas, deveria ser conduzida com firmeza. O papel foi

encarregado a Francisco de Paula Bucareli e Ursúa, Conde de Aranda, nomeado para tal, governador de Buenos Aires. (OLIVEIRA, 2004:188).

Desse modo, segundo Marilda de Oliveira, abandonaram a América 2.617 jesuítas, deixando casas, igrejas e estâncias para os novos administradores, tais como franciscanos, domênicos e mercenários, que logo no início já tiveram dificuldades em lidar com os índios que já estavam acostumados com o modo de evangelização dos jesuítas, além de estarem passando por uma crise de confiança devido a todos os acontecimentos passados.

As conseqüências da expulsão dos jesuítas foram várias. A mais significativa delas foi o despovoamento progressiva dos guaranis em benefício da sociedade hispano-americana a que os emigrantes se assimilaram. A maioria se instalou em centros urbanos como Buenos Aires, Assunção e Montevideú, onde foi viável uma relativa assimilação no mercado de trabalho, em razão dos conhecimentos técnicos adquiridos nas reduções, no ramo do artesanato e dos ofícios. (OLIVEIRA, 2004: 190).

A expulsão dos jesuítas trouxe conseqüências para muitos guaranis, que já se encontravam confusos com tais acontecimentos. Assim, a partir da saída dos seus “tutores”, muitos guaranis ficaram sem saber o que fazer. Apesar da chegada dos novos Padres de outras ordens, a situação não voltou ao normal, pois não houve aceitação por parte dos indígenas, de modo que alguns índios foram para a selva e para a vida que tinham antes da chegada dos europeus, outros foram para centros urbanos e aproveitaram o que tinham aprendido com os jesuítas para começar a trabalhar, e outros continuaram em uma luta perdida da terra em que achavam que lhes pertencia.

Com isso, destacamos a situação do índio guarani que primeiro teve o processo de aceitação ou até mesmo imposição dos padres jesuítas que os catequizaram e civilizaram com costumes e hábitos europeus, fazendo com que os índios deixassem de lado seu modo de vida. Assim, não tendo opção melhor começaram a seguir novas regras sociais, políticas e econômicas e quando realmente as coisas começaram a melhorar e se desenvolver, houve mudanças novamente. Pode-se imaginar o que se passou ou qual era o pensamento de tal indígena diante disso tudo, em quem ele deveria confiar a partir de agora ou quais seriam as próximas mudanças e até mesmo qual seu papel, já que para nada era consultado.

Pero toda esta organización jesuítico-misionera que, indiscutiblemente, fue exitosa y alcanzó su plenitud demográfica y productiva en la primera mitad del siglo XVIII, entró en irreversible crisis a partir del último tercio de dicha centuria.

La causa determinante para que esto ocurriera fue la expulsión de los Padres jesuitas, hecho ocurrido en 1767-8. A partir de ese momento, toda la estructura misional – tanto en su faz material como espiritual – se vio trastocada y herida de muerte. (FAVRE, 2009:24).

A expulsão dos padres jesuítas aconteceu em um período em que os índios guaranis estavam completamente dependentes dos padres, devido a todo o processo já estar muito bem implantado. Com isso, pode-se dizer que os guaranis ficaram órfãos, pois não tinham mais quem os comandasse e tudo que veio depois era diferente e difícil de aceitar, pois as outras ordens tinham outras prioridades, e confiar em algo era complexo no momento. O povo missioneiro já não sabia quais seriam as próximas mudanças ou qual era o lugar mais seguro para viver, por isso, neste momento mais do que em qualquer outro, os guaranis tinham criado raízes no espaço que estavam sendo expulsos e que tudo era mais complexo devido a não terem os jesuítas, que bem ou mal os protegiam.

E com os últimos Jesuítas que se afastavam das costas americanas, abandonando definitivamente os seus índios, e levando a consciência de tudo terem sacrificado no cumprimento de sua missão admirável, começaria a decadência das Reduções e abaixamento do nível moral dos catecúmenos jesuítas, pois somente os Padres da Companhia sabiam entendê-los e guiá-los para o bem, para a civilização. (PORTO, 1954: 251).

Havia um laço tão forte entre os guaranis e os jesuítas que mesmo com a expulsão houve casos de índios que escreveram cartas para o rei pedindo que reconsiderasse tal decisão. Isso mostra a proteção que tais elementos tinham com os jesuítas. Contudo, os guaranis, apesar de saírem órfãos de toda essa história, levaram consigo uma “educación y un importante bagaje de conocimientos técnicos en distintos oficios, que lo transformaban en una mano de obra requerida y apreciada em las estancias y centros urbanos Del Rio de la Plata”. (FAVRE, 2009:25).

A intriga lavrava entre os habitantes dos Povos, os Curas e as autoridades civis. À pressão dos espanhóis que invadiram as Missões e se locupletavam com o trabalho dos índios, explorando-os a troco de ninharias, de tabaco e de álcool, e se apropriando de suas chácaras, obrigavam estes infelizes a fugir de seus Povos, abandonar suas famílias e quebrar os laços morais com que os jesuítas os haviam ligado na comunhão social. (PORTO, 1954:257).

Deste modo, chamamos a atenção para a orfandade dos guaranis que, além de perderem a proteção dos jesuítas, também perderam seus bens materiais construídos a partir do espaço de convivência com os padres e os espanhóis nas reduções ou estâncias missionárias. Perderam não só casas, igrejas e colégios, mas o espaço econômico em que o guarani já produzia alimento para si e também para toda a população indígena em um território fértil. A relação que jesuítas tinham com os guaranis apresentava aspectos de disciplina, seriedade, exigência e a presença dos padres nas atividades diárias, para ensinar e evitar erros, mas também foi importante a paternal compreensão que existia entre os religiosos e os nativos, fazendo com que o índio guarani ficasse cada vez mais dependente dos jesuítas, fortalecendo as idéias pregadas pelos sacerdotes.

Portanto a experiência pós-jesuítica trouxe de um lado várias consequências, tanto para os índios como também para o território, pois no primeiro momento houve muitos conflitos que ocasionaram desordem entre os próprios índios, com a ajuda dos espanhóis. Por um lado, não havia mais os padres para controlar os hábitos negativos e os indígenas que estavam no poder não eram mais respeitados, a decadência tomava conta de um modo geral; por outro lado, foram muitas as influências sociais, econômicas e culturais que os jesuítas deixaram para os guaranis, que, por sua vez, influenciaram na formação de outros espaços e que ajudaram a entrar no mercado de trabalho. Porém, a idéia de povo missionário estava tomada por uma decadência material e espiritual, as construções estavam sendo destruídas juntamente com os hábitos e costumes que estavam entrando em um processo de deterioração.

CONCLUSÃO

Podemos verificar, a partir deste artigo, que foram muitas as discussões em torno da extinção da ordem dos jesuítas no mundo e que foram vários os elementos políticos, ideológicos, culturais, econômicos e sociais que influenciaram na expulsão dos jesuítas em uma época complexa, tanto para as Colônias, que estavam em processo de construção e formação, quanto para as metrópoles que passavam por algumas instabilidades.

Com a expulsão dos jesuítas dos 30 povos guaranis, os índios reduzidos e dispostos nas estâncias tiveram de abandonar seus espaços construídos pela Companhia de Jesus e com o apoio da coroa Espanhola. Muitos índios voltaram para os locais da onde teriam saído antes de ir para as reduções ou estâncias, bem como alguns grupos foram para centros urbanos da América Espanhola. Nesse novo espaço, tiveram a necessidade de buscar uma fonte de sobrevivência, e neste sentido o aprendizado que tiveram quando estavam ao lado dos jesuítas foi de grande importância. Outros que não conseguiram entrar no mercado de trabalho formaram grupos e começaram deslocamentos para várias regiões da América Espanhola e Portuguesa.

Deve-se levar em conta a preparação de Portugal para tomar as terras no lado oriental do rio Uruguai, mostrada neste artigo com a publicação sobre a cartografia portuguesa, que claramente deu a entender toda a organização portuguesa antes de 1750 e praticamente quase nada de organização espanhola para o Tratado de Madri, destacando que Portugal dispunha de mapas importantes para que pudesse visualizar o referido espaço da troca, e que Espanha apresentava-se com ausência de mapas, elevando Portugal a uma superioridade para fazer tal negócio.

A expulsão dos jesuítas foi um processo muito complexo, pois teve conflitos fortes ocorridos entre a ideologia cristã e os interesses dos reis. As novas ideias estavam voltadas para razão humana e a liberdade do indivíduo, iniciando uma valorização da educação do povo para que este não fosse explorado; porém, sabe-se que houve maquinações pelos líderes dos governos portugueses, italianos, espanhóis e franceses, juntamente com o Papa, para a extinção da Ordem e também para que os Papas escolhidos estivessem atrelados às políticas antijesuíticas destes países. Percebe-se então ao longo do texto que foram elementos políticos, ideológicos, culturais, econômicos e sociais que influenciaram na expulsão dos jesuítas e que essa ação, mesmo deixando uma bagagem de conhecimento, trouxe várias consequências, principalmente para os índios guaranis que ficaram “sem pai e sem mãe”, em uma situação de órfãos, pois não tinham mais os jesuítas e nem confiavam no rei.

A experiência pós-jesuítica trouxe muitas consequências, deixando marcas que percorrem até nossos dias: a decadência era geral em um território que até aquele momento era fértil e possuía uma estrutura muito bem elaborada com fatores sociais, econômicos e políticos; porém, tudo estava sendo destruído, havia conflitos entre os

próprios índios e a população não parava de diminuir. Com a saída dos jesuítas, os hábitos negativos tomaram conta, muitos índios saíram em busca de uma nova vida em centros urbanos, utilizando o que já tinham aprendido para se inserir no mercado de trabalho e outros voltaram para seus lugares de origem; porém, sabe-se que a idéia de um povo missioneiro girava em torno de uma decadência profunda.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

BARCELOS, Arthur H. F. *Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII*. Revista Complutense de História de América, 2000.

FAVRE, Oscar Padrón. *O caso de un pueblo índio. História Del Éxodo guarani-misionero al Uruguay*. Terra a Dentro, Durazmo 2009.

FERREIRA, Mário C. *O Mapa das Cortes e o Tratado de Madri: a cartografia a serviço da diplomacia*. Artigo publicado na Revista Varia História, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.51-69, Jan/Jun 2007.

PORTO, Aurélio. *Jesuítas no Sul do Brasil: História das Missões Orientais do Uruguai*. vol. IV. Edição da Livraria Selbach – Porto Alegre, 1954.

OLIVEIRA, Marilda Oliveira de. *História e arte guarani: interculturalidade e identidade*. Santa Maria, Editora UFSM, 2004.

QUEVEDO, Júlio. *Guerreiros e Jesuítas na utopia do Prata*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.